

A discussão continua: como avaliar a produção científica?

A pergunta provoca amplos debates na USP, e os professores são contrários aos critérios atuais.

Como a produção científica pode ser avaliada, medida? A pergunta vem mobilizando a reitoria, os professores e estudantes da maior universidade do País, a USP. E também desperta o interesse do cidadão comum. Afinal, parte dos impostos que paga ajuda a mover aquela instituição — uma produtora de bens culturais. O dinheiro investido ali retorna à sociedade em forma de cultura e conhecimento? E retorna numa proporção razoável? São perguntas difíceis de serem respondidas. Não é possível fazer uma singela conta aritmética. A produção científica não é tão visível.

Numa empresa que produz bens físicos a situação é bem menos complicada. É possível ver a produção. Um torneiro mecânico, por exemplo, pode produzir dez porcas por dia. Outro, mais esperto (ou mais motivado), consegue, por exemplo, fazer 20 e, melhor ainda, com acabamento mais sofisticado. A comparação e a conclusão tornam-se óbvias. O torneiro que produziu 20 porcas com melhor qualidade é mais eficiente — produziu mais e melhor. Esses parâmetros, na universidade, não se encaixam. Cada departamento tem suas especificidades. O que se produz de conhecimento na Física pode demorar muito mais do que outra pesquisa na Antropologia. Isto sem falar que não dá para comparar um trabalho elaborado pela Física com outro pela Antropologia.

São mundos diferentes, com dificuldades distintas. Os parâmetros para se avaliar a produção de conhecimento e cultura, portanto, precisam ser outros, afirmam os professores, irritados com a intenção da reitoria de implantar critérios gerais de aferição, envolvendo toda a universidade. Os professores produzem aulas, teses, pesquisas, artigos em revistas especializadas, conferências... Como se avalia esse tipo de produção, atentando-se para a quantidade e qualidade?

O departamento de História da USP até sistematizou, num projeto encaminhado à reitoria (e que não obteve resposta), uma avaliação objetiva. Um projeto que só vale para aquela unidade. Um dos indicadores de avaliação individual, excluindo as atividades docentes: o professor precisa obter um ponto em três anos. O que significa isso? Uma tese, por exemplo, vale um ponto. E uma tese, para ser bem elaborada, pesquisada e concluída, demora geralmente este prazo. Os órgãos que financiam pesquisas (para a futura tese) dão esse prazo de conclusão (três anos), depois que o projeto foi aprovado por uma comissão de especialistas. Um livro publicado pela primeira vez também vale um ponto. Tradução de livro especializado atinge meio ponto. Também valem meio ponto artigo em revista especializada, capítulo de livro, partici-

pação em congresso com texto escrito e seminário de pesquisa para os colegas docentes. Essa pontuação não é definitiva. Ainda está sendo discutida, mas serve de exemplo de avaliação quantitativa. E a qualidade desses trabalhos?

O julgamento da qualidade dos trabalhos vem sendo realizado na USP por comissões de especialistas (da mesma área). O professor-titular da Filosofia, João Paulo Monteiro, sugere que essa avaliação deve ser feita por "juizes de fora". Ou seja, para julgar um trabalho antropológico, seriam convidados especialistas em Antropologia de outra universidade, "como existe em outros países". Ele acredita que uma avaliação apenas quantitativa "é um modelo ruim". Monteiro cita seu próprio exemplo. Seu nome estava na lista publicada pela **Folha de S.Paulo**. Foi considerado um "improdutivo" por não ter produzido nada nos últimos dois anos. "Na verdade, não foi isso. Apenas esqueci de mandar meu relatório à reitoria. Nestes dois anos, publiquei livros em Portugal, no México e no Brasil."

Mecanismos de Avaliação

O professor-titular de Letras (atualmente aposentado), Boris Schnaidermann, pela sua experiência, admite que na USP sempre existiu um processo intenso de avaliação. Isto não quer dizer que ele não concorde com mudanças, desde que se parta de "uma ampla discussão e que não seja seguido um único modelo".

Os mecanismos de avaliação existentes na USP são bastante diversificados. Em primeiro lugar vêm os concursos de ingresso. Pelo menos no caso do departamento de Letras, segundo o professor, os candidatos a uma contratação (mesmo que seja para contrato temporário e sem nenhuma garantia de efetivação) submetem-se a um concurso. "Se mais tarde conseguirem ser contratados para uma vaga, estarão obrigados à defesa de tese, com prazo delimitado. Somente quando cumpre o prazo é que seu contrato é renovado", diz Schnaidermann. Além disso, esse professor estará esperando o concurso para o ingresso na carreira. Somente após o concurso será efetivado na vaga existente, mesmo assim de acordo com a ordem de classificação.

A defesa de tese (portanto, a produção) tornou-se, segundo o professor, condição essencial para a permanência de alguém na carreira de professor da USP. "Em primeiro lugar vem a dissertação de estudo, cuja defesa se faz perante uma banca de três examinadores, presidida pelo orientador do trabalho. A etapa seguinte é o doutoramento, perante uma banca de cinco especialistas, igualmente presidida pelo orientador. Para passar de doutor a livre-docente, o professor se submete a cinco provas numa mesma semana — com defesa

de nova tese. O obstáculo seguinte é a passagem para professor-adjunto, que somente se realiza através de um concurso de títulos (participação em congressos, livros inéditos publicados, teses defendidas, artigos em revistas especializadas...). A condição de professor-titular somente é conseguida no final da carreira, com mais uma prova: um concurso para discutir os títulos com especialistas e uma prova didática. "Isto é, perto da aposentadoria, o professor, que já deu aulas anos e anos seguidos, tem que demonstrar, em condições totalmente artificiais, que ele sabe dar aula", diz Schnaidermann.

As avaliações não param aí. Ao ingressar no regime de tempo integral na universidade, o professor fica em estágio probatório por três anos. No final do período, é obrigado a apresentar um relatório circunstanciado de seus trabalhos (aulas semanais, pesquisas que vem fazendo e a tese em desenvolvimento).

O professor Boris Schnaidermann acha esse sistema de avaliação equivocado, "embora se baseie num princípio justo, que é o da complementaridade entre ensino e pesquisa". "Ele dá ênfase excessiva à defesa das teses. Acho que a própria tese deveria desaparecer como aferição das realizações de um estudioso. Acredito que uma discussão de trabalhos, sem obedecer a uma forma rígida de apresentação, seria mais eficiente."

Além disso, continua o professor, as defesas de teses públicas exigem um desempenho que nem sempre é o mais adequado.

"Há realizadores muito sérios que simplesmente se apavoram quando têm de enfrentar um auditório que não seja o das salas de aula", afirma. Ainda existe uma exigência muito grande para o professor publicar seus trabalhos, mas Boris Schnaidermann coloca um ingrediente objetivo nessa disposição: "Em nosso país quase não há revista de cultura, e as próprias revistas universitárias são quase todas de publicação irregular. Os pesquisadores, com muita frequência, esperam dois ou três anos para ver seus trabalhos publicados".

Nos últimos anos, segundo o professor Schnaidermann, a USP deu importância exagerada aos dados estatísticos. Querem saber quantos trabalhos um professor publicou, quantos alunos se formaram em determinado curso e assim por diante. "Acho que seria mais importante que se valorizasse o trabalho do professor na sala de aula. A grande ênfase dada às teses e aos trabalhos publicados faz, muitas vezes, com que o professor dê sua aula preocupado com outros assuntos. E isto funciona em detrimento do ensino."

Miguel Ângelo Filiage